

Resenhas

*Skepticism in Renaissance and Post-Renaissance Thought: New Interpretations**

José R. Maia Neto, Richard H. Popkin (eds.)

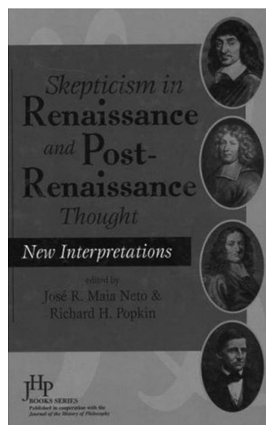
Amherst, New-York

Humanity Books

2004

252 páginas

ISBN 1-59102-156-1



DIEGO E. MACHUCA

(CONICET – Argentina). E-mail: diegomachuca@fibertel.com.ar

Os anos mais recentes testemunharam da publicação de um número considerável de livros e artigos sobre a influência que o ceticismo antigo (em uma acepção ampla) exerceu no início da filosofia moderna. A mais importante dessas obras é provavelmente a quarta edição, revisada e expandida, da *History of Scepticism* de Richard Popkin (New York 2003). Desde sua primeira publicação, em 1960, esse livro teve um tremendo impacto na pesquisa subsequente feita nessa área. Houve duas reações principais a ele: alguns estudiosos consideraram a posição de Popkin sobre a importância decisiva do ceticismo na modelação da filosofia e ciência modernas nascentes como exagerada, enquanto outros buscaram reforçar essa tese estudando em maior detalhe o papel desempenhado pelo ceticismo em personagens discutidos por ele, ou revelando a influência do ceticismo em outros pensadores do início da modernidade. O presente volume é parte da crescente literatura nesse campo, sendo seu propósito reexaminar o impacto do pensamento cético na filosofia moderna inicial. Além de uma breve introdução de José Maia Neto, o livro contém oito artigos que derivam de um colóquio havido na biblioteca Clark, UCLA, em 2002, e um capítulo conclusivo de Popkin, que faz referência aos principais colóquios sobre o ceticismo no início da modernidade que foram feitos nas últimas duas décadas, bem como comenta os oito ensaios. Descreverei, a seguir, de modo breve, o conteúdo de cada ensaio e farei observações críticas sobre alguns pontos.

* Originalmente publicado em *Philosophisches Jahrbuch der Görres-Gesellschaft* 113 (2006): 202–205.

No primeiro artigo, “*Epoche as Perfection: Montaigne’s View of Ancient Skepticism*”, Maia Neto discute dois tópicos ligados à interpretação de Popkin sobre a posição cética de Montaigne: o papel desempenhado pelo ceticismo acadêmico para a constituição da concepção de Montaigne acerca do ceticismo antigo, e a compatibilidade entre ceticismo e fideísmo.

Sarah Hutton, no seu “Henry More, John Finch, and *The History of Scepticism*”, examina como os platônicos de Cambridge, em particular Henry More, lidaram com o ceticismo. Ela discute ainda a posição de John Finch, discípulo de More, mostrando como a sua adoção de uma espécie de ceticismo mitigado pode ser tomada como mais um caso no qual a tese central de Popkin se confirma.

Em “Hobbes e a Tradição Continental do Ceticismo”, Gianni Paganini investiga a fonte dos elementos céticos presentes no pensamento de Hobbes. Ele sustenta que, mesmo em textos onde não há referências explícitas a tópicos céticos, é possível detectar a influência de idéias céticas e de temas do meio filosófico de Hobbes. Gostaria aqui de mencionar dois pontos em que o Pirronismo de Sexto Empírico me parece mal interpretado.

Primeiramente, Paganini afirma que a distinção de Hobbes entre “(...) o mundo de essências e substâncias, inacessível ao conhecimento direto, e o domínio dos ‘acidentes’, o mundo dos fenômenos sensíveis, foi uma das principais heranças deixadas pelo ceticismo de Sexto às escolas neo-pirrônicas do século dezessete”. (p. 69) Aqui Paganini parece interpretar a noção de fenômeno, como usada por Sexto, tal como se referisse exclusivamente as aparências derivadas da percepção sensível, como ele o faz explicitamente depois (pp. 72-74). Talvez essa interpretação resulte do uso que Montaigne faz de “fantasie” e “apparence” desse modo (ver pp. 74, 97n.30) e da leitura de duas obras que ele menciona no seu ensaio: o livro de Charlotte Stough, *Greek Skepticism* (Los Angeles: University of California Press 1969), e o de Jean-Paul Dumont, *Le scepticisme et le phénomène* (Paris: Vrin 1972). Estes estudiosos interpretam a noção de *phainomenon* no mesmo sentido restrito em que o faz Paganini. Há algumas poucas passagens na obra de Sexto em que esse termo é restringido ao domínio da percepção sensível, das quais a mais relevante talvez seja *Pyrrōneioi Hypotypōseis (PH) I 8–9*. Aqui Sexto deixa claro que se trata de um uso especial, pois quando ele explica a definição de ceticismo como uma capacidade de opor coisas que aparecem e coisas que são pensadas, ele diz: “agora nós tomamos ‘coisas que aparecem’ (*phainomena*) como objetos da percepção sensível (*ta aisthēta*), porque os estamos contrastando com os objetos do pensamento (*ta noēta*)” (*PH I 9*). Ou seja, *ta phainomena* somente são equivalentes a *ta aisthēta* quando são postos em oposição com *ta noēta* ou *ta noumena* (ver também *PH I 31*). Sexto geralmente emprega o termo *phainomenon* para designar aquilo que aparece, sem restrições, isto é, seja aquilo que aparece aos sentidos, seja o que aparece à mente. Uma das muitas passagens que mostram que ele usa a noção de *phainomenon* nesse sentido amplo é *PH I 23–24*, onde ele explica que, aderindo a *to phainomenon*, o pirrônico vive de acordo com as observâncias da vida diária, que parecem consistir no guia da natureza, na necessidade das afecções, na disposição das leis e dos costumes, e no ensinamento das artes. A descrição dessa quádrupla observância é, assim, uma explicação do que Sexto quer dizer quando afirma que o pirrônico adere ao *phainomenon*, de tal modo que os proferimentos feitos de acordo com os quatro aspectos das nossas observâncias cotidianas manifestam as diferentes maneiras pelas quais as coisas lhe aparecem.

E certamente o aparecer que depende da capacidade natural do pirrônico em pensar, as leis e costumes da comunidade e as habilidades que desenvolveu não são aparências sensoriais.

Em segundo lugar, ao enumerar os aspectos da posição de Montaigne que Hobbes pode ter achado similares aos da sua própria, Paganini refere-se a “uma interpretação particular da noção de ‘aparecer’, que, em vez de se deter num registro ‘fenomenológico’ do que aparece, sublinha suas conotações realistas ao descrevê-lo em termos de corpos, movimentos, órgãos dos sentidos (embora pareça inconsistente com a tese cética da *epokhé* sobre a realidade dos ‘objetos externos’, essa representação em termos materialistas está no sexto tropo, em que ele discute a ‘mistura interna’ e a ‘mistura externa’, e também na *Apologia* de Montaigne).” (p. 78) E, logo adiante, Paganini diz que a “abordagem pirrônica” está “centrada no fenômeno como ‘misto’ (realidade corporal e material resultando da ação do objeto e da afecção do sujeito)” (p. 79). Essas observações mostram que Paganini ignora o fato de que os tropos ou modos pirrônicos de suspensão operam dialeticamente, isto é, que eles operam a partir das teorias filosóficas e científicas avançadas pelos seus rivais dogmáticos, de modo que eles não assentem às premissas e conclusões desses argumentos.

Em seguida, no seu breve “*Dubium Perfectissimum: The Skepticism of the ‘Subtle Arriaga’*”, Jean-Robert Armogathe analisa a obra do jesuíta espanhol Roderigo Arriaga, a quem Pierre Bayle dedicou um artigo do seu *Dicionário*. Seu propósito é o de entender por que o método de Arriaga (mas não sua própria posição) foi vista como pirrônica por Bayle, dentre outros.

Em “Huet, Descartes, and the Objection of the Objections”, Thomas M. Lennon retoma a tese de Popkin, hoje amplamente aceita, segundo a qual a filosofia de Descartes foi uma tentativa de solucionar a crise cética do século XVII, e de que ele falhou em sua tentativa, com o resultado de se converter num cético *malgré lui*. Lennon o faz analisando a interpretação oposta de Pierre-Daniel Huet, segundo a qual Descartes não pretendeu refutar o ceticismo, mas principiou como um cético e finalmente se tornou um dogmático. Há uma observação a ser feita sobre a afirmação de Lennon de que “o traço definitorio do ceticismo pirrônico é a dúvida – a *epokhé* ou a suspensão do juízo que era tida como capaz de levar à *ataraxia*...” (p. 127) Deixando de lado questões como a de saber se o pirrônico duvida e se o verbo grego *aporein* deve ser traduzido como “duvidar”, é talvez importante ter em mente que o estado de *aporia* não é o mesmo que o de *epokhé*. Pois o pirrônico primeiro se encontra indeciso quanto a saber a qual das opiniões ou teorias em conflito sobre um determinado tópico ele deve dar assentimento, e em seguida, confrontado com esse desacordo indecidível, ele é conduzido a suspender o juízo.

Luciano Floridi, em seu ensaio “Mathematical Skepticism: The Debate between Hobbes and Wallis”, examina a disputa entre Hobbes e o matemático John Wallis acerca das soluções do problema da quadratura do círculo propostas pelo primeiro, uma vez que no contexto dessa polêmica eles se referem ao ceticismo matemático. Esse artigo é muito bem-vindo, dado que, como o próprio Floridi assinala, a questão do ceticismo acerca da matemática na modernidade tem sido geralmente negligenciada. Gostaria de fazer uma observação menor sobre a seguinte afirmação: “Antes de Descartes e seu argumento do ‘gênio maligno’, Sexto Empírico ofereceu a principal fonte de informação sobre o ceticismo matemático e a mais poderosa bateria de argumentos em seu favor.” (p. 144)

Essa visão acerca do escopo da hipótese do “gênio maligno” é sustentada por bem poucos estudiosos, tais como Popkin na sua História do Ceticismo, Todavia, na Primeira Meditação, tal hipótese tem o mesmo escopo do argumento do “sonho”, isto é, seu alvo é a existência do mundo externo tal como conhecido por meio da percepção sensível. O conhecimento matemático, ao contrário, é posto em questão especificamente pelo argumento do “Deus enganador”.

“Berkeley and Skepticism: Berkeley’s Diagnosis of Skepticism—and His Proposed Cure”, de Harry M. Bracken, aborda as fontes do pensamento de Berkeley e a solução que ele ofereceu ao ceticismo, por meio da sua tese de que *esse é percipi*. A certa altura, Bracken afirma: “Frequentemente se diz que nenhum dos antigos jamais negou a existência do mundo material, isto é, nunca optaram por nada semelhante àquilo que, depois de Descartes e Berkeley, se conhece como idealismo. Sexto talvez seja a exceção.” (p. 195). Bracken sustenta sua posição citando *Contra os Dogmáticos*, de Sexto (*Adversus Dogmaticos (AD)* I 366), onde se diz que “todas as coisas externas são não-evidentes e por causa disso incognoscíveis [ou desconhecidas, *agnōsta*] por nós”. Há algumas observações a serem feitas sobre a posição de Bracken. Primeiramente, o sentido dessa passagem pode ser apenas epistemológico, a saber, o de que nós não sabemos como as coisas existentes externas são realmente. Em segundo lugar, mesmo se admitimos que o sentido, finalmente, é ontológico, seria ainda necessário estabelecer que aquilo que Sexto usualmente chama de “coisas externas subjacentes” são exatamente aquelas que viemos a designar como o “mundo exterior”. Em terceiro, logo antes Bracken havia observado que “Sexto não estava ocupado em provar, seja a existência ou inexistência do mundo, mas apresenta argumentos contra a sua existência.” (p. 194). Mas se Sexto nega, como sustenta Bracken, a existência do mundo material, parece que os argumentos negativos que ele apresenta deveriam sim estar destinados à prova desse ponto. Finalmente, precisamos ter em mente que nenhum pirrônico *negaria* a existência de um mundo externo — posto veria essa asserção como dogmática —, e que, quando Sexto parece avançar argumentos negativos, ele os está de fato empregando tão somente com o propósito de contrabalançar as teorias dos dogmáticos.

No último artigo, “Yes, Skeptics Can Live Their Skepticism and Cope with Tyranny as Well as Anyone”, John Christian Laursen discute parte de uma passagem de Sexto que não foi objeto de muita atenção: *AD* V 162–166. Sexto está aqui abordando a objeção segundo a qual, se um tirano ordenasse um pirrônico a fazer algum ato abominável, ele deveria escolher entre, ou bem fazê-lo para não ser torturado, ou não o fazer e voluntariamente aceitar a morte. Isso mostra que o pirrônico é inconsistente, uma vez que, contrariamente ao que ele diz, ele efetivamente acredita que há algo a ser escolhido e algo a ser evitado. Laursen defende com veemência, na mesma linha de pensadores do Renascimento e pós-renascentistas, que o pirrônico pode conduzir sua vida cética com consistência e que ele não é necessariamente imoral. Seu propósito principal é examinar as implicações políticas do pirronismo. Embora eu concorde com essa interpretação, penso que, por vezes, ele desconsidera alguns fatos e não é inteiramente justo com alguns estudiosos que ele critica. Vou indicar alguns desses pontos.

Primeiramente, Laursen é muito crítico com a interpretação proposta por Benson Mates em *The Skeptic Way: Sextus Empiricus’s Outlines of Pyrrhonism* (New York 1996). A certa altura, ele diz que Mates caracteriza “o caso do tirano como desconcertante”. (p. 207) Porém,

o que Mates acha de fato “desconcertante” são alguns aspectos do relato de Sexto sobre como a imperturbabilidade fortuitamente seguiu a suspensão do juízo. Ao contrário, Mates não vê problema em explicar como o cético agiria na situação acima mencionada.

Em segundo lugar, Laursen faz uma longa lista de trabalhos de estudiosos que defenderam o pirronismo. (230–231 n.11) Por um lado, não penso que todos os trabalhos citados buscam defender o ceticismo; por outro, pelo menos um dos autores que ele menciona considera difícil crer que a suspensão do juízo poderia conduzir à *ataraxia*. Aliás, é a posição que Gisela Striker assume em alguns dos seus artigos, um dos quais (“*Ataraxia: Happiness as Tranquillity*” *The Monist* 73 [1990]) é citado por Laursen (233 n.27, n.29), mas não, é claro, na lista acima. Menciono isto porque essa concepção é uma das principais razões para o ataque de Laursen à posição de Mates. (p. 205)

Em terceiro, Laursen alude a um debate entre Myles Burnyeat, Michael Frede e Jonathan Barnes em cinco artigos que foram republicados em *The Original Sceptics: A Controversy* (Indianapolis, 1997). Ele pensa que essa controvérsia é “datada” e que foi “republicada muito depois de Burnyeat ter sido refutado por muitos outros estudiosos, presumivelmente pelo valor didático de ensinar um debate”. (p. 203) Laursen refere-se aqui à concepção de Burnyeat de que o pirronismo é inconsistente. Ele parece ignorar dois fatos. Primeiro, de que o principal objeto do debate é determinar o escopo exato do ceticismo de Sexto, ou seja, se ele põe em questão todas as crenças ou apenas as filosófico-científicas. Em segundo lugar, de que mesmo se se pensa que Burnyeat está errado quando diz que o cético não pode viver seu ceticismo, seu artigo contém outros pontos de interpretação que fazem dele um dos trabalhos mais importantes sobre ceticismo antigo.

Em quarto lugar, Laursen critica Petr Lom por dizer, apesar de conhecer o texto de *AD V*, que “a política está quase de todo ausente dos textos de Sexto” (*The Limits of Doubt: The Moral and Political Implications of Scepticism*, Albany 2001, 41, 107). Embora seja verdade que, como observa Laursen, “a posição adequada em relação aos tiranos” é “política” (p. 207), não se pode negar que, primeiro, o texto em questão é a única passagem da obra remanescente de Sexto que toca nesse assunto e, segundo, não é o objetivo da passagem abordar as consequências políticas do pirronismo.

Finalmente, quando se refere a *AD V*, Laursen afirma que “esse livro é um dos diversos volumes de *Contra os Matemáticos* (M. 7–9), de Sexto” (213). De fato, os outros livros da obra a que *AD V* pertence são quatro, e sua designação como *Adversus Mathematicos* (*AM*) VII–X, embora comum, é errônea, uma vez que eles não são uma continuação de *AM* I–VI. Laursen também faz referência à visão tradicional segundo a qual *AM* foi escrito depois de *PH*, e à visão de Bett e outros de que é o oposto que ocorre (220, 232 n.24). Essa referência não-qualificada a *AM* é enganosa, pois, como notamos, *AM* e *AD* são duas obras diferentes, e é quase unanimemente aceito que *AM* é o último de seus escritos remanescentes. A razão pela qual centrei minha atenção em alguns erros da interpretação do pirronismo de Sexto é a de que um entendimento correto dos tipos diferentes de pensamento cético grego é um dos requisitos para reavaliar a medida real do impacto do ceticismo antigo no início da filosofia moderna. De todo modo, essa coleção de artigos representa uma contribuição importante para a história do ceticismo do início da modernidade.